LEANDRO PAULSEN

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

Curso de DIREITO TRIBUTÁRIO

2ª edição
revista e atualizada

livraria
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2008

Sumário

Capítulo I – Tributação, Direito Tributário e Tributo 17
1. Origem das limitações à tributação 17
2. A tributação como instrumento da sociedade 19
3. Fiscalidade e extrafiscalidade 21
4. Direito Tributário 22
5. Relação com outras disciplinas jurídicas 24
6. Relação com a economia e com a contabilidade 26
7. Conceito de tributo 27
8. Preços públicos e receitas patrimoniais 32

Capítulo II – Espécies Tributárias 35
9. Características e regime jurídico específicos 35
10. Critérios para a identificação das espécies tributárias 36
11. Classificação qüinqüipartida e seus desdobramentos 39
12. Impostos 41
13. Taxas 42
14. Contribuições de melhoria 44
15. Empréstimos compulsórios 45
16. Contribuições 46
17. As contribuições sociais 50
18. As contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) 51
19. As contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas . 53
20. As contribuições de iluminação pública 55

Capítulo III – Competência Tributária 57
21. Detalhamento da competência pela Constituição 57
22. Normas constitucionais concessivas de competência 60
23. Critério da atividade estatal 60
24. Critério da base econômica 61
25. Critério da finalidade 63
26. Bitributação e *bis in idem* 65
27. Normas constitucionais negativas de competência (imunidades) 66
28. Competências privativas, comuns e residuais 69

Capítulo IV – Princípios Constitucionais que condicionam a Tributação 71
29. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão ou postulados 71
30. Princípios gerais de Direito Tributário 73
31. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária 74
32. Princípio da igualdade em matéria tributária 76
33. Princípio da capacidade contributiva 80

Capítulo V – Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar 87
34. Cláusulas fundamentais que devem ser observadas quando do exercício das competências tributárias 87
35. Limitações comuns a todos os entes políticos concretizadoras da segurança jurídica 88
36. Garantia da legalidade absoluta 88
37. Garantia da irretroatividade 94
38. Garantia de anterioridade 97
39. Vedação da instituição de tratamento desigual 102
40. Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco 102
41. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais e o pedágio 104
42. Limitações mediante imunidades genéricas a impostos 105
43. Imunidade recíproca: garantia da forma federativa de estado 107
44. Imunidade dos templos: garantia da liberdade de culto 108
45. Imunidade de partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais 108
46. Imunidade de livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão 110
47. Limitações específicas à União 112
48. Princípio da uniformidade geográfica 112
49. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores 113
50. Vedação à isenção heterônoma 114
51. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino 115
52. Vedação da afetação do produto de impostos 116

Capítulo VI – Legislação Tributária 119
53. Normas constitucionais 119
54. Leis complementares à Constituição 119
55. Leis ordinárias e medidas provisórias 123
56. Atos normativos infralegais 124
57. Vigência e aplicação da legislação tributária 124
58. Interpretação e aplicação da legislação tributária 125
59. Princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e normas de colisão 128
60. Analogia 132
61. Eqüidade 133

Capítulo VII – Obrigação Tributária 137
62. Obrigações principais e acessórias 137
63. Hipótese de incidência e fato gerador 139
64. Aspectos da norma tributária impositiva 141
65. Sujeito ativo 143
66. Sujeitos passivos: contribuinte e responsável 144
67. Cadastros de contribuintes 146
68. Domicílio tributário 147
69. Responsabilidade tributária 148
70. Causas de responsabilidade 150
71. Abrangência da responsabilidade 151
72. Efeitos da responsabilidade 152
73. Responsabilidade dos sócios-gerentes e administradores 154
74. Hipóteses de responsabilidade estabelecidas pelo legislador ordinário .. 158
75. Responsabilidade por infrações e denúncia espontânea 161

Capítulo VIII – Crédito Tributário 165
76. Natureza do crédito tributário 165
77. Existência, exigibilidade e exeqüibilidade 166
78. Modos de formalização do crédito tributário 166
79. Pagamento, depósito, declaração ou confissão do contribuinte 168
80. Lançamento pela autoridade fiscal 170
81. Liquidação no processo trabalhista 173
82. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário 173
83. Moratória e parcelamento 175
84. Impugnação e recurso administrativos 177
85. Liminares e antecipações de tutela 178
86. Depósito do montante integral do crédito tributário 179
87. Exclusão do crédito tributário 181
88. Isenção 182
89. Anistia 183
90. Extinção do crédito tributário 184
91. Pagamento, juros e multa 184
92. Pagamento indevido e seu ressarcimento 189
93. Compensação 193
94. Decadência do direito de lançar 196
95. Prescrição da ação para a execução do crédito tributário 197

Capítulo IX – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário 203
96. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito 203
97. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal 204
98. Arrolamento administrativo de bens 206
99. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa 207
100. Indisponibilidade dos bens 209
101. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência 209

102. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo juízo universal 210

Capítulo X – Administração Tributária 213
103. Secretaria da Receita Federal do Brasil 213
104. Fiscalização tributária 213
105. Inscrição em dívida ativa 216
106. Certidões negativas de débito 219
107. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos – Simples Nacional 222

Capítulo XI – Processo Administrativo Tributário 225
108. O Decreto 70.235/72 225
109. Ação fiscal e autuação (AI e NFLD) 226
110. Notificações e intimações 229
111. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos 230
112. Nulidades no processo administrativo fiscal 234

Capítulo XII – Processo Judicial Tributário 237
113. Ações do Fisco e do contribuinte 237
114. Medida cautelar fiscal e execução fiscal 238
115. Defesa na execução fiscal: exceção de pré-executividade e embargos à execução 241
116. Mandado de segurança, ação declaratória e ação anulatória 243
117. Ação cautelar de caução 245
118. Ação consignatória 246
119. Ação de repetição do indébito tributário e de compensação 247
120. Conexão entre ações tributárias 248